



O tempo para encontrar soluções globais está a acabar. Só podemos encontrar soluções adequadas se agirmos juntos e de comum acordo. Portanto, existe um imperativo ético para agir, claro, definitivo e prorrogável.

Papa Francisco,
mensagem à Conferência
das Partes da UNFCCC,
dezembro de 2014

AÇÃO CLIMÁTICA PARA O BEM COMUM

Refletir os princípios da “*Laudato Si*” na nossa resposta transformadora à crise climática

NESTE DOCUMENTO

03

INTRODUÇÃO

05

OS PRINCÍPIOS SUBJACENTES À “LAUDATO SI”

08

UMA RESPOSTA INTEGRAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:
APLICAR OS PRINCÍPIOS DA “LAUDATO SI”

16

CONCLUSÃO

17

REFERÊNCIAS

As seguintes organizações membro da CIDSE participaram na redação deste documento:
CAFOD (Inglaterra e País de Gales), Fastenopfer (Suíça), Trócaire (Irlanda) e Misereor (Alemanha).

O nosso agradecimento a Sivan Kartha, do Stockholm Environment Institute, pelo seu contributo inestimável para a investigação, enquadramento e redação deste documento. Todas as opiniões expressas neste documento refletem apenas as posições da CIDSE.

Contacto: Jean Letitia Saldanha, Assessora Sénior, [Saldanha\(at\)cidse.org](mailto:Saldanha(at)cidse.org)

Publicado em novembro de 2017

Por CIDSE, Rue Stévin 16, 1000 Brussels, Belgium,
www.cidse.org Chefe de Redação: Josianne Gauthier
Créditos da imagem da capa: Pixabay.com

Design e layout: Hearts & Minds, Brussels, www.heartsnminds.eu

Este documento está disponível on-line em www.cidse.org/resources

INTRODUÇÃO

A Encíclica “*Laudato Si*” do Papa Francisco – sobre o Cuidado da Casa Comum é pioneira, embora permanecendo profundamente enraizada na tradição católica. Inspirou um entendimento abrangente e profundo da crise climática e da crise social com a qual está intrinsecamente interligada. Uma Encíclica é o documento de ensinamento moral ao mais alto nível de um Papa, e a “*Laudato Si*” (LS) é a primeira a ser publicada sobre o tema do ambiente, incorporando o assunto com firmeza no contexto da justiça social (Tucker e Grim 2016). Na “*Laudato Si*”, o Papa Francisco dirige-se a “cada pessoa que habita neste planeta” (LS3¹).

A família católica global empenhou-se estreitamente na questão das alterações climáticas na preparação do Acordo de Paris. Como o Acordo foi construído a partir das esferas nacionais até se chegar a um tratado internacional, o foco e o empenho têm de ser postos na escala nacional para reforçar e implementar as metas de Paris.

Este relatório pretende ajudar os governos e outros interessados a refletir sobre como devem responder ao desafio das alterações climáticas à luz da “*Laudato Si*” e da mais ampla Doutrina Social da Igreja, propondo orientações sobre como o combate às alterações climáticas pode também fazer face aos problemas subjacentes da degradação ambiental, pobreza e desigualdade. As diretrizes deste relatório capacitam os membros da família católica global para que se envolvam nos planos climáticos dos seus governos e ajudem a adaptar os princípios da “*Laudato Si*”.

Este documento está organizado da seguinte forma:

- » Secção 1: Introdução às alterações climáticas e a resposta internacional
- » Secção 2: Princípios contidos na “*Laudato Si*”
- » Secção 3: Orientações com base nos princípios definidos na Secção 2 para uma resposta justa e abrangente às alterações climáticas
- » Secção 4: Conclusão

O CONTEXTO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A escala do problema colocado pelas alterações climáticas não pode ser exagerada. As alterações climáticas afetam drasticamente a vida das pessoas – especialmente as vidas dos mais pobres e vulneráveis – ameaçando os progressos feitos na redução da pobreza. Se não conseguirmos lidar com elas, as alterações climáticas terão graves implicações para o ambiente, a sociedade, os direitos humanos e a economia global.

Apesar do enorme desafio colocado pelas alterações climáticas, este é apenas um exemplo flagrante do impacto das pessoas no planeta. A maneira como hoje vivemos está a causar a degradação do ambiente, a destruição dos ecossistemas e a poluição da terra, da água e do ar em grande escala. Ao mesmo tempo, as pessoas vivem na pobreza e existe uma crescente desigualdade e consumo excessivo. Na *Agenda 2030* e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável adotados em 2015, a comunidade internacional reconheceu a ligação entre os desafios ambientais, sociais e económicos e a necessidade de uma resposta coerente a esses desafios. A “*Laudato Si*” descreve esta ligação como “ecologia integral”.

Não conseguiremos aliviar a pobreza e desenvolver-nos de uma forma progressiva se não reconhecermos a nossa ligação com a natureza, e o papel importante que a natureza desempenha no nosso desenvolvimento. Do mesmo modo, não combateremos as alterações climáticas se não cuidarmos dos fatores sociais, económicos e políticos que conduzem ao nosso atual caminho de desenvolvimento, pondo-nos em conflito com a estabilidade do planeta do qual dependemos. No centro deste problema está a necessidade da nossa própria transformação cultural e espiritual, “a consciência duma origem comum, duma recíproca pertença e dum futuro partilhado por todos” (LS 202).

A crise climática constitui uma oportunidade para reavaliarmos em profundidade a nossa visão fundamental de desenvolvimento e para nos envolvermos num nível sem precedentes de cooperação e solidariedade dentro dos países e entre eles. As nossas ações vão afetar não só as gerações atuais, como também todas as gerações futuras. Para o conseguirmos, todos os departamentos governamentais e todas as comunidades devem fazer a sua parte.



Mas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres.

(LS 49)

¹ Os números entre parêntesis referem-se aos parágrafos da “*Laudato Si*”

A RESPOSTA GLOBAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O Acordo de Paris foi assinado em dezembro de 2015, ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC) e abriu caminho para uma abordagem internacional ao combate às alterações climáticas. O acordo representa um ponto de viragem, uma vez que reconhece que as alterações climáticas são um desafio estrutural, a longo prazo, que exige uma cooperação e solidariedade universais para o seu cumprimento. Um aspeto importante é que o Acordo também capta a importância da educação e do envolvimento de todos para que se façam progressos.

O Acordo estabelece a meta de manter o aumento da temperatura média global bem abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, aspirando a um limite de 1,5°C. Para alcançar este objetivo, é preciso alcançar o valor zero de emissões líquidas de gases com efeito de estufa na segunda metade deste século. No entanto, para que isso seja possível protegendo ao mesmo tempo as pessoas mais pobres e vulneráveis, as soluções escolhidas devem atacar os problemas sistémicos mais amplos e não apenas reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Antes das negociações, vários países enviaram os seus contributos para o acordo – agora designadas por Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN) – que devem ser revistos periodicamente para aumentar a sua ambição. Isto é necessário, uma vez que os contributos existentes não são suficientes para limitar as alterações climáticas aos níveis acordados e alcançar o que é necessário para as pessoas e para o planeta. Uma análise recente das Nações Unidas aos CDN concluiu que eles “cobrem não mais do que um terço das reduções de emissões necessárias, criando uma perigosa lacuna.” (UNEP, 2017). Só é possível impedir que as temperaturas excedam os limites acordados com uma ação urgente.

À medida que os países reveem os seus CDN e desenvolvem políticas nacionais para enfrentar as alterações climáticas, existe uma oportunidade para garantir que as políticas, os processos e as ações implementadas são feitas de uma forma holística, para o bem do planeta e para todas as pessoas.

OS PRINCÍPIOS SUBJACENTES À “LAUDATO SI”

Esta secção descreve resumidamente o conjunto fundamental de princípios extraídos do rico ensinamento da “*Laudato Si*” e a tradição da Doutrina Social da Igreja que este segue, aplicando as Escrituras à crise ambiental que o mundo atualmente atravessa.

Os princípios olham muito para além das questões das alterações climáticas e da ação climática. Eles examinam as causas mais profundas das crises que enfrentamos. Os princípios também sublinham a necessidade de uma visão transformadora de desenvolvimento, que é fundamentalmente diferente do caminho de agir como habitualmente que nos trouxe até este ponto.

Esta secção examina estes princípios individualmente, reconhecendo, no entanto, que, de várias maneiras, eles se apoiam e sobrepõem mutuamente. Este documento pretende integrá-los na nossa resposta às alterações climáticas (ver Secção 3).

» DIGNIDADE HUMANA E QUALIDADE DE VIDA

Cada pessoa é criada com uma dignidade única (igual e inalienável) e deve ter as condições para se desenvolver condignamente. Isto exige uma narrativa nova e abrangente, uma nova visão da prosperidade humana que veja para além dos critérios económicos ou quantitativos convencionais, apelando a um novo caminho de desenvolvimento humano integral para o comum.

“...cada ser humano é criado por amor, feito à imagem e semelhança de Deus (cf. Gen 1:26). Esta afirmação mostra-nos a imensa dignidade de cada pessoa humana, “que não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se dar e entrar em comunhão com outras pessoas” ... Como é maravilhosa a certeza de que a vida de cada pessoa não se perde num caos desesperador, num mundo regido pelo puro acaso ou por ciclos que se repetem sem sentido!

(LS 65)

» INTERLIGAÇÃO E ECOLOGIA INTEGRAL

A humanidade está profundamente interligada com o planeta de variadíssimas formas complexas, com resultados positivos e negativos. Dada a escala das perturbações causadas pelo homem, já não é viável ou eficaz buscar soluções específicas e discretas para cada parte distinta do problema. De facto, procurar soluções separadas para cada problema é contraproducente. A humanidade enfrenta hoje uma crise complexa que é simultaneamente social e ambiental. Soluções eficazes exigem abordagens integradas que combatam a pobreza, restituam a dignidade aos excluídos e, ao mesmo tempo, protejam a natureza.

Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

(LS 139)

» BEM COMUM E O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

A terra é uma dádiva de Deus para todos. É uma herança compartilhada, cujos frutos devem beneficiar todos. Portanto, ao abordar a crise ecológica, os direitos fundamentais dos pobres e desfavorecidos têm de prevalecer. Todos os outros direitos, incluindo o direito à propriedade privada e ao livre comércio, devem subordinar-se ao princípio acima. Além disso, num mundo de graves desigualdades, não só se deve partilhar os recursos materiais, mas também os conhecimentos e a criatividade humana. Esta é a regra de ouro da conduta social e o primeiro princípio de toda a ordem ética e social (LS 93).

Por fim, o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem a obrigação de defender e promover o bem comum.

(LS 157)

» OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

A perspectiva dos pobres deve ser essencial para a tomada de decisões. A justiça social deve focar-se nas necessidades não satisfeitas dos pobres, dos marginalizados e daqueles que foram deixados para trás pelo nosso atual modo desigual de desenvolvimento. Os seres humanos só realizam a sua própria identidade quando cuidam daqueles que são mais afetados pela degradação ecológica e que menos contribuíram para o problema.

Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres.

(LS 158)

» DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO

Mudar para um caminho justo e sustentável de desenvolvimento requer um diálogo honesto sobre os modelos e práticas de desenvolvimento atuais e uma visão partilhada para o nosso caminho futuro. O diálogo só é genuíno se implicar a participação informada e capacitada (e livre) de todas as partes afetadas, especialmente as mais vulneráveis à degradação social e ecológica em todo o mundo. E a participação só é de boa fé se não for controlada por vozes poderosas.

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós.

(LS 14)

» SOLIDARIEDADE E JUSTIÇA

Existe uma obrigação ética de garantir a justiça para as outras pessoas, as outras gerações e as outras criaturas. Na era do Antropoceno, em que lutamos para viver realizados dentro das nossas fronteiras planetárias, isto exige uma solidariedade global e espiritual.



Precisamos de nova solidariedade universal... São necessários os talentos e o envolvimento de todos para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus.

(LS 14)

» MUDANÇA E ESPERANÇA

A humanidade precisa de uma mudança radical e urgente no seu comportamento (LS 4). Isto precisa de ser sustentado por uma “conversão ecológica” que leve as pessoas da indiferença à consciência amorosa, do individualismo à unidade, do egoísmo à generosidade, da alienação à solidariedade, e do desespero à esperança. Os problemas que enfrentamos serão resolvidos não apenas pelas boas ações e atos heroicos dos indivíduos, mas também pelas comunidades de todos os tipos e tamanhos que ajam com um objetivo unificado.



O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projeto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.

(LS 13)

UMA RESPOSTA INTEGRAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: APLICAR OS PRINCÍPIOS DA “LAUDATO SI”

A secção seguinte mostra como a ação climática pode e deve estimular um desenvolvimento orientado para o bem comum, estabelecendo as orientações que as nações podem retirar da “*Laudato Si*” juntamente com os princípios da Secção 2) para melhorar e reforçar a sua resposta à crise climática. São identificadas seis áreas de orientação, e articulados objetivos e abordagens para a ação climática que sejam coerentes com a “*Laudato Si*”. A Tabela 1 estabelece as ligações entre os princípios e as orientações dadas nesta secção.

Tabela 1.

Ligações entre os princípios da “*Laudato Si*” e as seis áreas de temáticas da ação climática

	Dignidade humana e qualidade de vida	Interligação e ecologia integral	Bem comum e o destino universal dos bens	Opção preferencial pelos pobres	Diálogo e participação	Solidariedade e justiça	Mudança e esperança
Combater a pobreza e reforçar os direitos humanos	X		X	X			
Corresponder à dimensão do desafio		X					X
Considerar o ambiente como um todo		X				X	
Usar o diálogo para progredir na ação climática				X	X		
Promover uma visão equitativa de uma transição justa			X	X			
Incentivar uma dimensão pessoal e espiritual						X	X

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: A AÇÃO CLIMÁTICA DEVE AJUDAR A COMBATER A POBREZA E A REFORÇAR OS DIREITOS HUMANOS



Um mundo interdependente não significa unicamente compreender que as consequências danosas dos estilos de vida, produção e consumo afetam a todos, mas principalmente procurar que as soluções sejam propostas a partir de uma perspectiva global e não apenas para defesa dos interesses de alguns países. A interdependência obriga-nos a pensar num único mundo, num projeto comum.

(LS 164)

Alcançar os princípios de uma *Opção preferencial pelos pobres, Bem comum e o destino universal dos bens e Dignidade humana e qualidade de vida* significa:

- » Segurança e soberania alimentar para todos
- » Todas as pessoas têm acesso à energia
- » Gestão sustentável da terra e reconhecimento da posse da terra e dos direitos tradicionais do seu uso
- » Forte apoio à adaptação às alterações climáticas

A ação climática vai exigir um investimento público de vários tipos, desde novas infraestruturas de energia até investimentos na adaptação aos impactos das alterações climáticas. Esta é uma oportunidade para promover o desenvolvimento para o bem comum. Tal como o Papa Francisco disse sobre economia e política, o objetivo da ação climática é “servir a humanidade, começando pelos mais pobres e vulneráveis” (carta do Papa Francisco ao Primeiro-Ministro David Cameron em 2013). Se a ação climática for mal concebida e implementada, existe o risco de que ela venha a ter o efeito oposto e possa agravar a pobreza e comprometer o desenvolvimento para o bem comum. A ação climática pode reforçar a ação sensível ao género, que é essencial para a satisfação das necessidades de desenvolvimento: está provado que garantir às mulheres um acesso mais igualitário aos recursos vai aumentar a produção agrícola; está provado que um investimento mais equitativo na educação e na saúde de mulheres e crianças faz aumentar o crescimento económico; está provado que uma maior representação de mulheres em cargos de poder político (como nos parlamentos) vai melhorar os resultados ambientais.

A ação climática pode contribuir para as necessidades de desenvolvimento de várias maneiras, nomeadamente nas seguintes quatro áreas.

Segurança e soberania alimentar para todos

Reduzir as emissões a partir da terra deve contribuir para os esforços de desenvolvimento. Embora a expansão da terra de cultivo e a modernização agrícola tenham contribuído para um aumento na produção de alimentos, elas levaram também a práticas agrícolas com uso intensivo de gases com efeito de estufa e à libertação pela terra de grandes quantidades de carbono. Socialmente, isto privou os pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas dos seus meios de subsistência. O combate às emissões de gases com efeito de estufa provenientes da agricultura pode ser feito de uma maneira que garanta a segurança e soberania alimentar; por exemplo, as práticas agroecológicas podem apoiar os pequenos agricultores, ao mesmo tempo que aumentam a segurança alimentar e reduzem as emissões de origem terrestre. Um efeito positivo também pode ser visto nos impactos associados, como as opções de habitação ou os meios de subsistência que dependem de recursos florestais sustentáveis.

Todas as pessoas têm acesso à energia

A ação climática deve ser levada a cabo de forma a não impedir o combate à pobreza energética. O investimento em novas infraestruturas de energia deve ser direcionado especificamente para satisfazer as necessidades das populações com carência de energia, através de um esforço de expansão do acesso a energias modernas pelas populações carentes. Mais de mil milhões de pessoas ainda não tem acesso à eletricidade. Quase três mil milhões de pessoas não têm acesso a métodos modernos para cozinhar.

A grande maioria dessas pessoas – cerca de 87% das famílias e comunidades com falta de eletricidade – vive em zonas rurais remotas. Os sistemas locais de eletricidade movidos por fontes de energia renováveis, como a energia solar, eólica e hídrica, são, na maioria dos casos, a maneira mais rápida e barata de abastecer estas pessoas. Existe uma oportunidade real para investir em soluções que tanto atacam as alterações climáticas como a pobreza energética.

Gestão sustentável da terra e reconhecimento da posse da terra e dos direitos tradicionais ao seu uso

Deve ser adotada uma gestão sustentável da terra e práticas florestais que garantam a proteção dos direitos das comunidades rurais, em particular dos povos indígenas. Os direitos de posse legalmente reconhecidos levam à redução da desflorestação e das emissões de carbono, em comparação com áreas florestais com direitos de posse pouco claros (Stevens et al. 2014). Estes podem fortalecer as comunidades indígenas e outras comunidades rurais vulneráveis, reduzindo as pressões para se deslocarem para as zonas urbanas, reduzindo assim o fosso rural-urbano, protegendo os stocks florestais e os recursos não madeireiros. O uso da terra também pode ser gerido para melhorar a qualidade de vida. Por exemplo, nalguns países, a prioridade é interromper a expansão suburbana e adotar estratégias mais eficientes de planeamento urbano e de trânsito, de maneira a acomodar populações em rápida urbanização e a melhorar a qualidade de vida. O crescimento inteligente, de uso misto e orientado ao trânsito pode melhorar o acesso à habitação a preços acessíveis perto de empregos decentes.

Forte apoio à adaptação às alterações climáticas

A adaptação climática pode contribuir fortemente para o desenvolvimento para o bem comum. Estas comunidades que são mais vulneráveis aos impactos climáticos são também, invariavelmente, aquelas que foram deixadas para trás no caminho do desenvolvimento convencional. Elas vivem nos lugares mais precários, tendo beneficiado marginalmente do crescimento económico convencional, e receberam relativamente pouco investimento público no reforço da resiliência da comunidade. A adaptação com base na comunidade pode apoiar o desenvolvimento para o bem comum. Os esforços de adaptação que se baseiam nos conhecimentos locais e nas estratégias de sobrevivência, e nos quais é essencial a capacitação das comunidades para tomarem as suas próprias decisões, provavelmente serão muito mais eficazes do que as estratégias impostas de fora (Reid 2009; Schipper et al. 2014).

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: A AÇÃO CLIMÁTICA DEVE CORRESPONDER À DIMENSÃO DO DESAFIO

“As alterações climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, económicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade. Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento.

(LS 25)

Alcançar os princípios de *Interligação e ecologia integral, e Mudança e esperança* significa:

- » Definir metas climáticas de uma forma suficientemente ambiciosa
- » Atuar com um grau de urgência coerente com as nossas metas climáticas

Definir metas climáticas de uma forma suficientemente ambiciosa

O Acordo de Paris adotou o objetivo de manter os aumentos de temperatura “bem abaixo dos 2°C” e de “prosseguir esforços” para manter o aquecimento abaixo dos 1,5°C. No entanto, a forma como estas metas se traduzem em cenários e caminhos de redução de emissões é muitas vezes insuficiente. Os orçamentos de carbono e os caminhos de emissões delineados pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas correspondem a um conjunto de probabilidades específicas (66%, 50% e 33%) de atingir as metas de temperatura. Estas probabilidades são extremamente baixas. Do ponto de vista de uma

política pública prudente, se um perigo for considerado uma ameaça urgente e irreversível para a sociedade humana, um rumo político que imponha um risco de um-em-três, um-em-dois ou mesmo dois-em-três de não evitar esse perigo não justificaria uma consideração séria.

Da perspetiva dos ensinamentos da “*Laudato Si*”, se a nossa ação climática tiver como referência orçamentos e caminhos com alta probabilidade de fracasso, os nossos esforços atuais teriam de ser considerados indiferentes, uma falta de reconhecimento da interligação entre ambiente e sociedade, e uma demissão do nosso dever de proteger os mais pobres e as gerações futuras. As nações devem trabalhar no âmbito da UNFCCC na definição do limite de temperatura de forma a tornar explícita a probabilidade de fracasso, e que isso não implique implicitamente riscos intoleráveis para os mais pobres e desfavorecidos do mundo.

Atuar com um grau de urgência que seja coerente com as nossas metas climáticas

Para alcançar a forte probabilidade de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C ou 1,5°C, a necessária transição para a descarbonização deve começar imediatamente e ser rápida, “usando todos os meios possíveis” (Academias Pontifícias, 2015). No entanto, o orçamento de carbono disponível caso esses limites não sejam violados já é pequeno e está a encolher rapidamente, enquanto as emissões aumentam. Só podem ser emitidas 200 gigatoneladas de CO₂ a partir de 2017 se quisermos manter o aquecimento abaixo dos 1,5°C, e 800 GtCO₂ se quisermos manter o aquecimento abaixo dos 2°C. À taxa atual, o orçamento para os 1,5°C esgotar-se-ia em 6 anos, e o orçamento para os 2°C em 23 anos.²

Na sua avaliação dos compromissos do Acordo de Paris, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP 2015) concluiu que os esforços de mitigação precisam de *triplicar* em comparação com os compromissos existentes para o limiar dos 2°C.

O significado preciso de ação urgente é diferente entre países, tal como diferem as economias, sociedades e requisitos para a erradicação da pobreza entre os países. Embora o Acordo de Paris se baseie nos contributos *determinados a nível nacional*, esses contributos devem alcançar coletivamente as metas do Acordo de Paris.

Todos os países devem:

- » Definir planos e estratégias climáticas que sejam *explicitamente* coerentes com as metas climáticas globais
- » Quantificar o impacto esperado das políticas a nível local, nacional e global para garantir a coerência com essas metas
- » Planear uma ação de adaptação coerente com o nível de alterações climáticas estimadas
- » Cooperar internacionalmente, garantindo o apoio necessário para permitir que os países mais pobres atuem

² Estes valores são retirados da Tabela 2.2 do Relatório de Síntese do IPCC, atualizados para contabilizar os últimos cinco anos (2012–2016) de emissões de carbono, conforme relatado no Projeto Global de Carbono (Le Quéré et al. 2015) e previstos para 2016, como sendo iguais a ~200 GtCO₂. A atual taxa de combustão de combustíveis fósseis equivale a emissões de aproximadamente 35 GtCO₂ por ano (esquecendo as emissões adicionais decorrentes da mudança do uso da terra e da produção de cimento).

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: CONSIDERAR O AMBIENTE COMO UM TODO



Quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também à relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida.

(LS 139)

Alcançar os princípios de *Interligação e ecologia integral e Solidariedade e justiça* significa:

- » Proteger e investir na restauração dos habitats e sistemas naturais do mundo
- » Não aceitar falsas soluções

O clima não só tem uma ligação indissociável das nossas crises sociais, como também é uma das várias crises ambientais interligadas. A ecologia integral da *“Laudato Si”* é uma exortação ao respeito, estima e preservação do ambiente, inspirada pela necessidade de sustentar a casa de que dependemos profundamente e de reconhecer e cumprir a nossa “sublime fraternidade com a criação” (LS 221). De facto, “Viver a vocação de guardiões da obra de Deus é parte essencial duma existência virtuosa” (LS 217).

Proteger e investir na restauração dos habitats e sistemas naturais do mundo

Não devemos pôr em risco outros aspetos dos habitats e sistemas naturais do mundo nos nossos esforços para limitar as alterações climáticas. Uma política ambiental centrada no carbono, com uma visão míope sobre o clima, vai exacerbar as pressões sobre outros limites planetários. A ação climática deve incluir um investimento na proteção e restauração da biodiversidade, do solo, da água, do ar e de outros sistemas naturais.

Esta orientação tem implicações claras para algumas opções que estão a ser consideradas na mitigação. Em princípio, algumas delas poderiam desempenhar um papel importante no abandono das fontes de combustíveis fósseis, mas estas acarretam os seus próprios riscos ambientais e sociais. As grandes barragens hidroelétricas (Comissão Mundial de Barragens, 2000), a energia nuclear e a bioenergia de grande escala (energia resultante de materiais orgânicos) (Sagar e Kartha 2007), que atendem às necessidades

energéticas domésticas de mais de um terço da humanidade com fogões tradicionais ou fogueiras a céu aberto. Os esforços para reduzir o enorme impacto ambiental, socioeconómico e para a saúde humana, mudando para fogões mais limpos e combustíveis mais limpos derivados de biomassa, tiveram algum sucesso, mas é preciso fazer-se muito mais, talvez incluindo o uso alargado de combustíveis derivados de fontes fósseis. Concomitantemente, a biomassa está a expandir-se rapidamente como fonte de energia comercial, especialmente como combustível para os transportes. A bioenergia pode contribuir positivamente para as metas climáticas e os meios de subsistência rurais; no entanto, se não for implementada com cuidado, pode exacerbar a degradação da terra, das massas de água e dos ecossistemas; reduzir a segurança alimentar; e aumentar os gases com efeito de estufa (os GEE acarretam riscos que não podem ser negligenciados, uma vez que nos sentimos cada vez mais motivados a reagir a um clima desestabilizado.)

Não aceitar falsas soluções

Isto não significa que devemos atrasar as reduções de emissões. Uma preocupação é que podemos optar por fazê-lo, pretendendo compensá-lo no futuro através da implementação de tecnologias e processos de “emissões negativas” em grande escala que possam sugar o CO₂ da atmosfera. No entanto, a maioria dessas medidas ainda não estão tecnologicamente provadas e, mesmo que elas se mostrem viáveis, podem envolver custos ecológicos e sociais que a sociedade considere inaceitavelmente elevados. Estas medidas podem também mostrar-se menos eficazes na redução do impacto das alterações climáticas do que o previsto, especialmente se os “pontos de rutura” ou limiares do sistema climático já tiverem sido ultrapassados. À medida que hoje desenvolvemos estratégias climáticas, seria prematuro – e muito arriscado – tomar por garantido que as opções de “emissões negativas” vão estar disponíveis no futuro. Esta é uma aposta que permite uma “ultrapassagem das emissões” a curto prazo, com o custo de hipotecar os direitos humanos das pessoas e comunidades vulneráveis na perspetiva incerta de que as tecnologias que hoje não estão disponíveis serão certamente implementadas mais tarde.

Uma preocupação talvez ainda maior seja que, como alternativa à redução suficiente das emissões de gases com efeito de estufa, a sociedade recorra à geoengenharia (pulverizando enxofre na atmosfera para arrefecer a terra reduzindo a luz solar) para combater as alterações climáticas, apesar dos “riscos desconhecidos e não quantificáveis”, e do facto de “não haver um substituto para as reduções drásticas das emissões de gases com efeito de estufa para mitigar as consequências negativas das alterações climáticas” (National Research Council 2015). A geoengenharia é o epítome de uma abordagem tecnocrática a um problema cujas causas essenciais são sociais, económicas, culturais e políticas.

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: A AÇÃO CLIMÁTICA DEVE AVANÇAR PELO DIÁLOGO E SER PARTICIPATIVA, INCLUSIVA E DEMOCRÁTICA A TODOS OS NÍVEIS



É preciso abandonar a ideia de “intervencões” sobre o meio ambiente, para dar lugar a políticas pensadas e debatidas por todas as partes interessadas.

(LS 183)

Alcançar os princípios de *Diálogo e participação e Opção preferencial pelos pobres* significa:

- » Envolvimento e tomada de decisões significativos aos níveis nacional e local
- » Assumir uma abordagem intersectorial ao combate às alterações climáticas
- » Garantir maior equidade nas negociações internacionais

A ação climática deve ser definida, concebida e realizada de forma inclusiva, participativa e democrática, implicando o envolvimento ativo e capacitado de todas as partes interessadas.

Envolvimento e tomada de decisões significativos aos níveis nacional e local

O Acordo de Paris obriga os países a desenvolverem “Estratégias de Longo Prazo de Redução de Emissões de Gases com Efeito de Estufa” (Acordo de Paris, Artigo 4.º), bem como a submeterem Contributos Determinados a Nível Nacional a cada cinco anos. É vital que as comunidades e os círculos mais afetados se envolvam na visão, desenvolvimento e decisão dessas estratégias. O processo de geração de estratégias poderia formar a base de um diálogo em toda a sociedade sobre caminhos de desenvolvimento equitativos e sustentáveis, fornecendo uma plataforma para que os indivíduos, as comunidades e os diversos círculos discutam as prioridades e os princípios suscitados na “*Laudato Si*”: O que é a qualidade de vida? Qual é a natureza do progresso? Como podemos agir em solidariedade? O que devemos fazer para materializar a justiça?

É fundamental nestas discussões envolver e beneficiar das perspetivas e da inclusão das pessoas mais afetadas ao nível mais local, tanto para dar voz às suas preocupações e prioridades, como para beneficiar da sua sabedoria e para as capacitar para influenciar o seu futuro. Como afirma a “*Laudato Si*”: “No

debate, devem ter um lugar privilegiado os moradores locais, aqueles mesmos que se interrogam sobre o que desejam para si e para os seus filhos e podem ter em consideração as finalidades que transcendem o interesse económico imediato” (LS 183). O desafio é que essas abordagens às decisões são mais importantes quando as instituições da democracia e da justiça representativas são fracas, mas esses são os contextos em que elas também têm mais dificuldade em ser exercidas eficazmente. Elas podem acabar por reproduzir desequilíbrios de poder, reforçando as disparidades de género, racionalizando as injustiças existentes e dando a ilusão de inclusão se um envolvimento substantivo (Few et al. 2007; Aylett 2010).

Ao longo dos anos, surgiram, exemplos de processos de diálogo eficaz e participação equitativa que poderiam servir como modelos. Entre esses exemplos promissores, estão as várias iniciativas sobre adaptação com base na comunidade (Reid 2009), iniciativas de replicação (Schipper et al. 2014), planeamento urbano participativo (UN-Habitat 2014), e os Diálogos Climáticos Rurais formados à imagem dos “júris de cidadãos” (IATP 2016). A legitimidade e a inclusão das partes interessadas que normalmente não têm voz e poder são críticas nestes processos. Como enfatiza a “*Laudato Si*”, “é indispensável prestar uma atenção especial às comunidades indígenas com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem tornar-se os principais interlocutores, especialmente quando se avança com grandes projetos que afetam os seus espaços” (LS 146).

A “*Laudato Si*” faz um apelo significativo aos que ocupam cargos políticos para que evitem o imediatismo e olhem para além dos seus mandatos – para “deixar um testemunho de generosa responsabilidade” (LS 181).

Combater as alterações climáticas terá impactos amplos e exigirá uma ação em todos os setores da economia. Uma abordagem conjunta dos governos nacionais será, portanto, necessária, com todos os departamentos ou ministérios envolvidos no processo de planeamento a longo prazo.

Maior equidade nas negociações internacionais

Embora a ação climática seja agora impulsionada principalmente ao nível nacional, as negociações internacionais desempenham um papel vital, em particular os “inventários” regulares que avaliam como é que os esforços dos países estão a progredir e o que falta fazer; medidas para a transparência e troca de experiências e de informação; e – não menos importante – as obrigações e instituições que fornecem apoio tecnológico e financeiro. Os fóruns formais de negociação precisam de ser reformados para os tornar processualmente mais equitativos.

Embora a UNFCCC tenha sido relativamente aberta à participação da sociedade civil (sobretudo em comparação com os processos de decisão relativos ao comércio internacional e finanças), facilitar a participação da sociedade civil nas decisões globais continua a ser um desafio e há muitas propostas para melhorar o processo da UNFCCC. Entre elas, facilitar o acesso aos locais de decisão, tais como a Conferência anual das Partes, o Fundo Verde para o Clima e o Conselho Executivo dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, e fornecer mecanismos de reclamação e processos de recurso aos interessados afetados negativamente pelas atividades de mitigação e adaptação (ou defendendo os seus direitos humanos) (Johl e Duyck 2012). Uma preocupação inversa surge em relação à influência dos interesses constituídos na decisão, em que os receios de uma influência indevida nas negociações sobre o clima (Slezak 2016) estimularam os esforços para limitar o envolvimento das empresas segundo o modelo da Convenção-Quadro para Controlo do Tabaco, que excluiu a indústria do tabaco das negociações (Louaillier 2016).

Fora dos fóruns internacionais sobre alterações climáticas, outros fóruns, como os dos acordos de comércio e investimento, regimes de direitos de propriedade intelectual e alianças de segurança, que acabam por influenciar o nosso caminho de desenvolvimento e o rumo da degradação ou restauração ambiental, também precisam de procedimentos de participação mais equitativos para que a ação interna seja eficaz.

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: PROMOVER UMA VISÃO EQUITATIVA PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA



Um desenvolvimento tecnológico e económico, que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso.

(LS 194)

Alcançar os princípios de *Opção preferencial pelos pobres e Bem comum e o destino universal dos bens* significa:

- » Reconhecer o clima como um bem comum
- » Não deixar ninguém para trás na transição climática
- » Criar empregos verdes e decentes na nova economia
- » Garantir que a ação climática ajuda a corrigir desequilíbrios de poder

O desenvolvimento para o bem comum é muito mais do que “esverdear” o nosso atual modo de desenvolvimento para reduzir os seus danos ao ambiente. O desenvolvimento para o bem comum tem a ver com um desenvolvimento *justo*. Tem a ver com dar prioridade às necessidades dos mais pobres e abolir as enormes disparidades de consumo, desigualdades de riqueza e os desequilíbrios de poder, bem como garantir que a política e a prática são coerentes com estas prioridades. Uma mobilização urgente numa escala necessária para enfrentar o desafio climático terá custos e causará rutura. É essencial que esses custos sejam suportados de forma justa entre as nações, comunidades e indivíduos, e que a rutura seja atenuada e compensada da melhor forma possível.

Não deixar ninguém para trás na transição climática

A desigualdade económica contribui para a degradação ambiental e para as alterações climáticas, e é também um reflexo do desenvolvimento injusto e dos ganhos repartidos de forma desigual (Gore 2015). Uma mudança radical para uma economia com emissões mais baixas criará “vendavais de destruição criativa” que acompanham as transições tecnológicas (Schumpeter, 1942). Hoje em dia, as nossas economias comportam muitas formas de trabalho que dependem de práticas emissoras de gases com efeito de estufa – da extração de recursos fósseis ao fabrico de veículos de combustão, passando pela produção agroindustrial. O desafio da equidade interna deve ser enfrentado se as muitas pessoas que recebem ser “deixadas para trás” adotarem uma transição climática muito ambiciosa. A transição para novos empregos, decentes e verdes, deve incluir a atribuição aos pobres e marginalizados da posse dos bens comuns. Isto inclui os aspetos técnicos e intelectuais.

Os governos devem estabelecer uma visão equitativa e de longo prazo para a transição, que deve incluir a educação ecológica. Ao fazê-lo, devem envolver-se tanto com esses trabalhadores e comunidades cujos meios de subsistência estejam potencialmente em risco devido à ação climática, como com as comunidades mais amplas, para promover um entendimento da cidadania ecológica. A visão dos governos deve ser coerente nas políticas económicas, comerciais, ambientais, sociais, educacionais e laborais, e fornecer um contexto coerente para que as empresas, os trabalhadores, os investidores e os consumidores apoiem uma transição justa. Devem partir do diálogo social e da participação democrática das partes interessadas relevantes, incluindo os trabalhadores e os sindicatos, com base num envolvimento legítimo, informado e capacitado. Os direitos humanos e laborais devem ser os alicerces de uma transição eficaz e suave, atendendo à sua forte dimensão de género para promover resultados equitativos.

As políticas climáticas devem ser analisadas em relação aos seus impactos distributivos para que se entenda claramente de que forma podem beneficiar os pobres e marginalizados. A análise deve ir para além dos custos e agregar os benefícios económicos para verificar a distribuição dos impactos entre os diferentes grupos socioeconómicos e partes interessadas – o impacto sobre as necessidades básicas, sobre os elementos fundamentais do bem-estar e sobre os direitos de acesso e oportunidades. Por exemplo, os impostos sobre o carbono são regressivos em alguns contextos – impõem encargos mais elevados em percentagem de rendimento às famílias mais pobres do que às famílias ricas. No entanto, esta contribuição regressiva para a desigualdade pode ser avaliada (Grainger e Kolstad 2009), e compensada por um desconto progressivo (Metcalf 2008). Este tipo de análise sobre os potenciais impactos regressivos deve ser feito para todos os tipos de ação climática, para que sejam implementadas medidas com efeito contrário (Büchs, et al. 2011).

A ação climática deve ajudar a corrigir desequilíbrios de poder

Combater as emissões de combustíveis fósseis, da agricultura e do uso da terra vai exigir as tecnologias e práticas certas, mas também vai exigir que se desafiem as forças económicas, sociais e políticas que mantêm o peso dos interesses constituídos e que nos mantêm no caminho de desenvolvimento de emissões altas. Acabar com a dependência global dos combustíveis fósseis vai exigir que os países tomem medidas para reverter explicitamente o domínio político dos interesses associados aos combustíveis fósseis (Oreskes e Conway 2010; Mann 2014; Mulvey e Shulman 2015; Evans et al. 2015; Brulle 2014; InfluenceMap 2016). Ouvir as comunidades locais e permitir um processo de decisão a esse nível pode alterar este equilíbrio e conduzir a soluções a longo prazo, “enquanto a ordem mundial existente se revela impotente para assumir responsabilidade, a instância local pode fazer a diferença. Com efeito, aqui é possível gerar uma maior responsabilidade, um forte sentido de comunidade, uma especial capacidade de solicitude e uma criatividade mais generosa, um amor apaixonado pela própria terra” (LS 179). Essa mudança também vai apoiar alterações para uma melhor gestão da terra e planeamento urbano pelos países que se posicionem contra essas forças – sejam elas promotores imobiliários, concessionárias madeireiras ou agroindústrias – que atualmente subordinam as boas práticas de uso da terra aos lucros de curto prazo.

Reconhecimento do clima como um bem comum global

Se quisermos responder eficazmente ao desafio climático, temos de reconhecer que, em última análise, o clima é um *bem comum* – ele é uma herança partilhada de Deus, cujos frutos devem ser beneficiados por todos. Nenhum país pode preservar e proteger um bem comum global isoladamente.

Isto significa que os países não devem olhar para as ações como “suas”, mas como parte de “um único mundo, num projeto comum” (LS 164), que pensa em que tipo de mundo estamos a deixar para as gerações futuras. O que quer dizer que tomamos medidas para reduzir as emissões porque *todos* temos um papel a desempenhar e, ao fazê-lo, estamos a incentivar outros – os seus parceiros negociação, parceiros comerciais, etc. – a reduzirem também as *suas* emissões.

Para que isto resulte, um país deve atuar de acordo com a sua quota-parte e compreender a *solidariedade intergeracional*. Se as pessoas de um país virem que outros países não estão a fazer a sua quota-parte – que estão a “ir à boleia” – vão pensar duas vezes antes de se esforçarem realmente por reduzir as suas próprias emissões. Embora o sistema climático global seja construído a partir dos Contributos Determinados a nível Nacional, ainda é necessário que as nações definam os seus contributos tendo por base um plano comum.

- » As nações, ao definir e apresentar os seus CDN, devem afirmar explicitamente o fundamento ético e moral para que os seus esforços possam ser considerados um contributo justo
- » Os princípios declarados devem ser coerentes com os princípios de equidade subjacentes afirmados pela UNFCCC (expressos sucintamente como “responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respetivas capacidades”) e com os princípios centrais da “*Laudato Si*”, sobretudo *Bem comum*, *Opção preferencial pelos pobres*, e *Solidariedade e justiça*
- » As nações devem ser suficientemente explícitas e detalhadas para que os mesmos princípios e abordagens possam aplicar-se a outras nações; isto deixará claro o que cada nação espera das outras e promoverá um diálogo transparente sobre a equidade climática global
- » As nações devem incluir o apoio financeiro e tecnológico na sua explicação do seu contributo, uma vez que o apoio e a cooperação internacional são necessários para uma resposta climática eficaz.

ORIENTAÇÃO FUNDAMENTAL: INCENTIVAR UMA DIMENSÃO PESSOAL E ESPIRITUAL PARA O BEM COMUM



A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior.

(LS 217)

Alcançar os princípios de *Mudança e esperança e Solidariedade e justiça* significa:

- » Tecnologias utilizadas para a ação climática devem ser julgadas para servir metas socialmente determinadas
- » Investir em soluções cooperativas para os problemas, construir resiliência, capital social e governação eficaz
- » Investir em programas de educação pública e consciencialização com base na ciência, na fé e na ética
- » Reconstruir a nossa ligação à natureza

Embora uma ação climática eficaz dependa de uma transformação extraordinária na base tecnológica da economia global, a transformação pessoal e espiritual necessária é talvez ainda mais extraordinária. A tecnologia deve desempenhar um papel fundamental na resposta às alterações climáticas, mas a “*Laudato Si*” adverte que “O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano” (LS 109). As tecnologias devem sempre ser avaliadas a partir da perspectiva do seu papel instrumental na prossecução de metas socialmente determinadas. Do mesmo modo, os instrumentos financeiros (como as compensações para as emissões de uso da terra) devem ser escrutinados quanto à sua eficácia e às suas implicações para a equidade.

Como é expressado pelo Papa Francisco: “A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior” (LS 217). Isto exige “voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos” (LS 229).

Esforçarmo-nos por um aperfeiçoamento pessoal, inspirados pela tradição humanista religiosa ou secular, é uma tarefa antiga e talvez eterna. Mas agora temos a motivação suplementar de uma crise existencial global para concentrarmos as nossas mentes e os nossos corações. E há muitos passos que podemos dar.

Podemos concentrar-nos em investir em soluções cooperativas para os problemas, construir resiliência, capital social e uma governação eficaz a vários níveis, que nos possam servir bem no futuro (Adger 2003). Ao mesmo tempo que apoiamos uma maior solidariedade e preocupação mútua, isto pode constituir uma alternativa às respostas viradas para dentro, que contribuem para o isolamento dos indivíduos e a fratura das comunidades. É importante que resistamos à tentação de nos isolarmos, de deixarmos a confiança vacilar e de construirmos muros, seja ao nível individual ou intercultural. A confiança social e as ideias mais amplas de capital social ou coesão social serão indispensáveis para alcançar a sustentabilidade ambiental (Bridger e Luloff 2001; Kolstad e Wiig 2012; Ostrom 2008).

Devem ser feitos investimentos em programas de educação pública e de consciencialização com base na ciência, na fé e na ética. Esses programas têm o potencial de gerar diferentes escolhas de estilos de vida e podem desempenhar o seu papel de desencadear uma mudança maior. Temos de ser honestos sobre o bem e o mal; os combustíveis fósseis permitiram enormes avanços humanos, mas agora têm de ser deixados no solo, caso contrário vão ameaçar tornar o nosso planeta inabitável. O Papa Francisco lembra-nos que “Os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se, para além de qualquer condicionalismo psicológico e social” (LS 205).

Vários pensadores económicos têm desenvolvido ideias sobre as mudanças na cultura humana, nas atitudes e valores que podem acompanhar uma mudança para um mundo “pós-crescimento” que parece ser necessário para travar o esgotamento dos recursos e a degradação ambiental (Jackson 2009; Schor 2010; Victor et al. 2013). Uma transição que se basearia e simultaneamente estimularia um maior sentimento de suficiência, valor do tempo livre, laços comunitários e autoabastecimento.

Há muito que podemos fazer para reconstruir a nossa ligação com a natureza e o nosso vínculo espiritual com as outras criaturas com quem partilhamos esta terra. Embora em muitas sociedades essas ligações à natureza tenham diminuído nas gerações mais recentes (Louv 2008), muitas conseguiram proteger a terra e o habitat, criando espaços onde podemos ir para rejuvenescer e restaurar a nossa relação pessoal com a natureza.

A urgência necessária vai exigir que questionemos as nossas prioridades. Cada litro de gasolina que abastece um veículo pessoal desnecessariamente grande, cada tonelada de carvão queimada para dar energia a casas luxuosamente grandes, cada hectare de terra desflorestada para sustentar dietas intensivas em carne deve ser visto como uma opção contra o bem-estar dos pobres de hoje e do futuro. De facto, a “*Laudato Si*” apela a uma mobilização climática global, exigindo a nossa atenção política, recursos materiais, diligência pessoal, compromisso espiritual e solidariedade global.

CONCLUSÃO

A “*Laudato Si*” do Papa Francisco é um profundo e exigente apelo à ação. Ele apresenta uma avaliação rigorosamente honesta da nossa crise global e uma exortação moralmente vigorosa a uma resposta. O Papa afirma claramente: “Espero que esta Carta Encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, nos ajude a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente.” Ele procura as “raízes da situação atual, de modo a considerar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas” (LS 15). Em última análise, o Santo Padre põe em causa o nosso imprudente caminho de desenvolvimento, fortemente

emaranhado em tecnologia, as estruturas desiguais de poder e o enfraquecimento das relações entre nós e com a natureza. O Papa apela a uma conversão ecológica e a um compromisso renovado de desenvolvimento para o bem comum.

Para aqueles que estão a prosperar com a manutenção do *status quo* e que prezam as suas posições de conforto e poder, a Encíclica é um sério alarme. Mas para os restantes, é uma promessa oportuna e encorajadora de que a mudança é possível e de que há motivos para a esperança.

REFERÊNCIAS

- Adger, W. N. (2003). Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change. *Economic Geography*, 79(4). 387–404.
- Aylett, A. (2010). Participatory Planning, Justice, and Climate Change in Durban, South Africa. *Environment and Planning A*, 42(1). 99–115. DOI:10.1068/a4274.
- Bridger, J. C. e Luloff, A. E. (2001). Building the Sustainable Community: Is Social Capital the Answer? *Sociological Inquiry*, 71(4). 458–472. DOI:10.1111/j.1475-682X.2001.tb01127.x.
- Brulle, R. J. (2014). Institutionalizing delay: Foundation funding and the creation of U.S. climate change counter-movement organizations. *Climatic Change*, 122(4). 681–94. DOI:10.1007/s10584-013-1018-7.
- Büchs, M., Bardsley, N. e Duwe, S. (2011). Who bears the brunt? Distributional effects of climate change mitigation policies. *Critical Social Policy*, 31(2). 285–307. DOI:10.1177/0261018310396036.
- Evans, R., Bengtsson, H., Carrington, D. e Howard, E. (2015). Shell and BP alone eclipse renewable energy sector on access to ministers. *The Guardian*, 28 April. Environment. <http://www.theguardian.com/environment/2015/apr/28/fossil-fuel-lobby-given-far-more-access-to-uk-ministers-than-renewables-analysis>.
- Few, R., Brown, K. e Tompkins, E. L. (2007). Public participation and climate change adaptation: avoiding the illusion of inclusion. *Climate Policy*, 7(1). 46–59. DOI:10.1080/14693062.2007.9685637.
- Gore, T. (2015). Extreme Carbon Inequality: Why the Paris climate deal must put the poorest, lowest emitting and most vulnerable people first. *Oxfam International*, . <http://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/extreme-carbon-inequality-why-the-paris-climate-deal-must-put-the-poorest-lowes-582545>.
- Grainger, C. A. e Kolstad, C. D. (2009). *Who Pays a Price on Carbon?* 15239. National Bureau of Economic Research. DOI:10.3386/w15239.
- IATP (2016). Rural Climate Dialogues State Convening Final Report. Minneapolis, US.
- InfluenceMap (2016). How Much Big Oil Spends on Obstructive Climate Lobbying. London, UK.
- Jackson, T. (2009). Prosperity without growth?: The transition to a sustainable economy. http://www.ablemesh.co.uk/PDFs/prosperity_without_growth.pdf.
- Johl, A. e Duyck, S. (2012). Promoting Human Rights in the Future Climate Regime. *Ethics, Policy & Environment*, 15(3). 298–302.
- Kolstad, I. e Wiig, A. (2012). Testing The Pearl Hypothesis: Natural resources and trust. *Resources Policy*, 37(3). 358–67. DOI:10.1016/j.resourpol.2012.04.003.
- Louaillier, K. (2016). Putting Democracy Above the Bottom Line. *Project Syndicate*, 3 November. <https://www.project-syndicate.org/commentary/tobacco-climate-change-summits-by-kelle-louaillier-2016-11>.
- Louv, R. (2008). Last Child in the Woods: Saving Our Children From Nature-Deficit Disorder. Algonquin Books.
- Mann, M. E. (2014). *The Hockey Stick and the Climate Wars: Dispatches from the Front Lines*. Paperback edition. Columbia University Press, New York.
- Metcalf, G. E. (2008). *Designing A Carbon Tax to Reduce U.S. Greenhouse Gas Emissions*. 14375. National Bureau of Economic Research. DOI:10.3386/w14375.
- Mulvey, K. e Shulman, S. (2015). *The Climate Deception Dossiers*. Union of Concerned Scientists. <http://www.ucsusa.org/global-warming/fight-misinformation/climate-deception-dossiers-fossil-fuel-industry-memos>.
- National Research Council (2015). *Climate Intervention: Reflecting Sunlight to Cool Earth*. National Academies Press, Washington, D.C. DOI:10.17226/18988.

Oreskes, N. e Conway, E. M. (2010). *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming*. Bloomsbury Press, New York.

Ostrom, E. (2008). Frameworks and theories of environmental change. *Global Environmental Change*, 18(2). 249–52.

DOI:10.1016/j.gloenvcha.2008.01.001.

Pontifical Academies (2015). *Climate Change and The Common Good*. [http://www.pas.va/content/dam/accademia/pdf/statement_climate_change_common_good%20\(final\).pdf](http://www.pas.va/content/dam/accademia/pdf/statement_climate_change_common_good%20(final).pdf).

Pope Francis (2013) Letter of Holy Father Francis to H.E. Mr David Cameron, British Prime Minister on the occasion of the G8 meeting (17-18 June 2013). http://w2.vatican.va/content/francesco/en/letters/2013/documents/papa-francesco_20130615_lettera-cameron-g8.html.

Reid, H. (2009). *Community-Based Adaptation to Climate Change*. IIED.

Sagar, A. D. e Kartha, S. (2007). Bioenergy and Sustainable Development? *Annual Review of Environment and Resources*, 32(1). 131–67. DOI:10.1146/annurev.energy.32.062706.132042.

Schipper, E. L. F., Ayers, J., Reid, H., Huq, S. e Rahman, A. (2014). *Community-Based Adaptation to Climate Change: Scaling It Up*. Routledge.

Schor, J. (2010). *Plenitude: The New Economics of True Wealth*. Penguin Press.

Slezak, M. (2016). Marrakech climate talks: giving the fossil fuel lobby a seat at the table. *The Guardian*, 6 November. Environment. <https://www.theguardian.com/environment/2016/nov/07/marrakech-climate-talks-giving-the-fossil-fuel-lobby-a-seat-at-the-table>.

Stevens, C., Winterbottom, R., Springer, J. e Reytar, K. (2014). *Securing Rights, Combating Climate Change: How Strengthening Community Forest Rights Mitigates Climate Change*. World Resources Institute, Washington DC. <http://www.wri.org/securing-rights>.

Tucker, M. E. e Grim, J. (2016). II. Integrating Ecology and Justice: The Papal Encyclical. *The Quarterly Review of Biology*, 91(3). 261–70. DOI:10.1086/688095.

UN-Habitat (2014). *Planning for Climate Change - Toolkit*. <https://unhabitat.org/books/planning-for-climate-change-toolkit/>.

Victor, P., Costanza, R., Alperovitz, G., Daly, H., Farley, J., Franco, C., Jackson, T., Kubiszewski, I. e Schor, J. (2013). *Building a Sustainable and Desirable Economy-in-Society-in-Nature*. ANU E Press.

World Commission on Dams (2000). *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making: The Report of the World Commission on Dams*. Earthscan.



Membros da CIDSE



Áustria



Bélgica



Bélgica



Canadá



Inglaterra e País de Gales



França



Alemanha



Irlanda



Itália



Luxemburgo



Holanda



Portugal



Eslováquia



Escócia



Espanha



Suíça



Estados Unidos



Estados Unidos

A CIDSE é uma família internacional de organizações católicas para a justiça social, que trabalham em conjunto para promover a justiça, potenciar o poder da solidariedade global e criar mudanças transformadoras, com o objetivo de acabar com a pobreza e as desigualdades. Para isso, opomo-nos à injustiça sistémica, à desigualdade e à destruição da natureza. Acreditamos num mundo em que todos os seres humanos têm o direito de viver em dignidade.

Contactos

CIDSE – Rue Stevin 16 – B-1000 Brussels
 T: +32 (0)2 230 77 22 – F: +32 (0)2 230 70 82 – postmaster@cidse.org
www.cidse.org